

**A. I. Nº** - 180459.0041/08-7  
**AUTUADO** - JOSÉ LIDIO FELIX DE OLIVEIRA  
**AUTUANTE** - JOSÉ ALMIR LAGO DE MEDEIROS  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** 12.08.09

**5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0216-05.09**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. “ANTECIPAÇÃO PARCIAL”. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS. Demonstrado nos autos que parte dos valores lançados se encontrava paga. Refeitos os cálculos. Não acatada a alegação de que parte dos produtos adquiridos se destinariam a emprego no uso e consumo do estabelecimento. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 27/10/08, diz respeito à falta de recolhimento de ICMS a título da chamada “antecipação parcial”, nas aquisições interestaduais de mercadorias efetuadas por “microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante”, sendo lançado imposto no valor de R\$4.548,87, com multa de 50%.

O contribuinte apresentou defesa alegando que parte dos valores indicados no levantamento fiscal já teriam sido quitados. Juntou documentos demonstrando o seguinte:

Valor autuado ref. Mês 03/2004 – R\$799,61. Deste valor recolheu R\$282,22 conforme DAE que anexa, restando devido R\$517,39;

Valor autuado ref. Mês 04/2004 – R\$302,27. Deste valor recolheu R\$172,67 conforme DAE que anexa e o valor de R\$129,60 foi recolhido no DAE do mês 05/2004, conforme cópia que anexa, não restando valor devido;

Valor autuado ref. Mês 05/2004 – R\$683,85. Deste valor recolheu R\$236,39 conforme DAE que anexa, restando devido R\$361,35;

Valor autuado ref. Mês 06/2004 – R\$270,56. Deste valor recolheu R\$238,72 conforme DAE que anexa, restando devido R\$31,84;

Valor autuado ref. Mês 07/2004 – R\$153,93. Deste valor recolheu R\$44,07 conforme DAE que anexa, restando devido R\$109,86;

Valor autuado ref. Mês 08/2004 – R\$38,64. Este valor foi recolhido conforme DAE que anexa, não restando valor devido;

Valor autuado ref. Mês 09/2004 – R\$2.300,01. Argui que este valor se refere à nota fiscal 50933 relativa a aquisição de material para uso e consumo da empresa.

O fiscal autuante prestou informação à fl. 115 acatando parte das justificativas de defesa dizendo que durante a ação fiscal, embora solicitando, o autuado não lhe apresentou as guias de recolhimento.

No que se refere à nota fiscal 50933 que a empresa alega tratar-se de aquisição de material de uso e consumo, diz em nada influir no lançamento mantendo a autuação a ela concernente. Na oportunidade, elaborou o novo demonstrativo de fl. 116 relacionando as notas fiscais que possuem imposto a recolher, cujo valor soma R\$3.320,46.

À fl. 122 consta relatório de débito do PAF demonstrando o parcelamento do valor total do débito indicado na Informação Fiscal.

## VOTO

A descrição do fato, neste Auto de Infração, é de que o contribuinte deixou de efetuar o recolhimento de ICMS por antecipação ou substituição tributária. Consta no campo “Descrição dos Fatos” que os valores lançados dizem respeito à falta de pagamento da chamada “antecipação parcial”.

Diante das ponderações e das provas apresentadas pelo contribuinte, o fiscal autuante refez os cálculos.

O autuado alega que não seria devida a “antecipação parcial” no tocante a algumas das notas fiscais inicialmente relacionadas juntando cópias de DAEs comprovando recolhimento de ICMS-Antecipação Tributária a elas relativo, valores que o autuante por ocasião da Informação Fiscal reconhece como pertinentes deduzindo-os e ajustando o lançamento conforme o novo demonstrativo que anexa à fl. 116 ao tempo que não acatou a justificativa para a falta de antecipação tributária referente à nota fiscal nº 50933 que o autuante diz tratar de aquisição de material para uso e consumo da empresa. Neste particular, noto que o argumento defensivo foi apenas evasivo uma vez que o autuado, posteriormente, reconheceu como devido o valor do imposto relativo à nota fiscal nº 50933 ao parcelar o débito restante do lançamento após o ajuste por ocasião da Informação Fiscal, valor que inclui o imposto relativo a tal nota fiscal. Portanto, acato a conclusão do autuante, restando devido o imposto no valor de R\$3.320,46, cujo demonstrativo de débito é o seguinte:

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO					
Data Ocorr	Data vencto	Base Cálculo	Alíq. %	Multa %	ICMS devido
31/03/2004	09/04/2004	3.043,41	17	50	517,38
31/05/2004	09/06/2004	2.125,65	17	50	361,36
30/06/2004	09/08/2004	187,29	17	50	31,84
31/07/2004	25/04/2004	646,24	17	50	109,86
30/11/2004	09/12/2004	13.529,47	17	50	2.300,01
TOTAL					3.320,45

Pelo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores já recolhidos

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **180459.0041/08-7**, lavrado contra **JOSÉ LIDIO FELIX DE OLIVEIRA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.320,45**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, inciso I, “b”, 1, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de julho de 2009.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE

JORGE INÁCIO DE AQUINO – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA